

Sindsep/MA participa de seminário jurídico do Fonasefe e Fonacate

O diretor do Sindsep/MA José Ribamar Figueiredo Nascimento, participou na semana passada do Seminário Jurídico idealizado pelos fóruns que reúnem o conjunto dos servidores federais, Fonasefe e Fonacate.

O evento aconteceu em Brasília, e debateu pontos referente “A nova reforma da Previdência e suas perspectivas para os trabalhadores com foco nas experiências internacionais - América Latina e Europa”; “medidas aplicadas pelo governo Temer, o Congresso Nacional e suas consequências para os servidores e o serviço público”; e “o novo governo, propostas iniciais e implicações para o mundo do trabalho, o direito dos trabalha-

dores e o serviço público”.

Enfrentamento

Com o seminário, os servidores buscaram a definição de estratégias de enfrentamento e de luta levando em conta o cenário político, econômico e jurídico atual.

Os ataques ao setor público envolvem desde ameaça a retirada de direitos com uma nova reforma da Previdência, anúncios e extinção de órgãos, como o Ministério do Trabalho, até privatização e demissões em estatais estratégicas possibilitadas por decreto recente editado por Michel Temer.

A maioria dos servidores do Executivo, composta por enti-



dades do Fonasefe, apontou a realização de um ato contra o desmonte e privatizações, em defesa dos serviços públicos e contra a retirada de direitos. A atividade deve ocorrer na 2ª quinzena de fevereiro.

Com informações repassadas pela Condesef/Fenadsef.

O sábio

Autor desconhecido

Certo dia, a solidão bateu à porta de um grande sábio. Ele convidou-a para entrar. Pouco depois, ela saiu decepcionada. Havia descoberto que não podia capturar aquele ser bondoso, pois ele nunca estava sozinho: estava sempre acompanhado pelo amor de Deus.

De outra feita, a ilusão também bateu à porta daquele sábio. Ele, amorosamente, convidou-a a entrar em sua humilde morada. Logo depois, ela saiu correndo e gritando que estava cega. O coração do sábio era tão luminoso de amor que havia ofuscado a própria ilusão.

Em um outro dia, apareceu a tristeza. Antes mesmo que ela batesse à porta, o sábio asso-

mou a cabeça pela janela e dirigiu-lhe um sorriso enternecedor. A tristeza recuou, disse que era engano e foi bater em

alguma outra porta que não fosse tão luminosa.

A fama do sábio foi crescendo e a cada dia novos visitantes chegavam, objetivando conquistá-lo em nome da tentação. Em um dia era o desespero, no outro a impaciência. Depois vieram a mentira, o ódio, a culpa e o engano. Pura perda de tempo: o sábio convidava todos a entrar e eles saíam decepcionados com o equilíbrio daquela alma bondosa.

Porém, um dia a morte bateu à sua porta. Ele convidou-a a entrar. Os seus discípulos esperavam que ela saísse correndo a

qualquer momento, ofuscada pelo amor do mestre. Entretanto, tal não aconteceu. O tempo foi passando e nem ela nem o sábio apareciam. Os discípulos, cheios de receio, penetraram a humilde casa e encontraram o cadáver de seu mestre estirado no chão.

Começaram a chorar ao ver que o querido mestre havia partido com a morte. Na mesma hora, entraram na casa a ilusão, a solidão e todos os outros servos da ignorância que nunca haviam conseguido permanecer anteriormente naquele recinto. A tristeza dos discípulos havia aberto a porta e os mantinha lá dentro.

Fonte: motivacaoefoco.com.br



Avança no Senado PL que bloqueia bens de acusados de terrorismo, sem condenação

Em mais uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais e sindicatos, senadores da ala conservadora querem bloquear os bens de entidades e militantes por ‘suposta prática de terrorismo’. Pela proposta que tramita no Senado, não precisaria nem condenação, bastaria a pessoa, ou entidade, ser acusada ou investigada por esse ato. O Projeto ainda dá superpoderes ao futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, que poderá decidir quais são as pessoas ou empresas serão “suspeitas de atividade terrorista”.

Este é um resumo do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 181/2018, de autoria de Ana Amélia (PP-RS), que foi aprovado nessa quarta-feira (12) na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto ainda precisa ser aprovado no plenário da Casa e ser sancionado pelo presidente da República para entrar em vigor.

Para a secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara, a aprovação do PLS é uma tentativa de dar ‘aparência de legalidade’ a um estado de exceção

que vem sendo construído desde o golpe de 2016.

“Desde o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula, a direita tenta construir um estado de exceção com o objetivo de impedir a defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo”,.

Segundo a dirigente, as tentativas de retrocesso não vão esmorecer o compromisso da CUT em lutar, sem descanso, e de todas as formas, pela democracia, a começar pela resistência à aprovação da reforma da Previdência e da retomada de direitos que a reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) retirou.

O jurista e professor de Direito da PUC de São Paulo, Pedro Serrano, concorda com a análise da dirigente da CUT. Para ele, o PLS é uma medida tirânica, que os senadores querem dar aparência de legalidade. O bloqueio de bens antecipado à sentença é inconstitucional, afirma.

“Bloqueio de bens sem condenação só tem sentido se a pessoa cometeu um crime patrimonial, de corrupção, e está dilapidando o patrimônio que construiu com esse dinheiro ilegal. Terrorismo não é crime patrimonial”, explica Serrano, que consi-

dera o projeto um atentado a valores mínimos de civilidade e direitos humanos.

“Espero que o Supremo Tribunal Federal torne essa Lei, se aprovada, inconstitucional porque é uma punição antecipada e atenta violentamente contra toda a sociedade”, afirma o jurista.

O PLS 181/2018 prevê ainda que o bloqueio de bens de pessoas acusadas de terrorismo poderá ser efetivado pelo Ministério da Justiça que, no novo governo, será responsável também pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Com o COAF sob o comando de Sérgio Moro, indicado por Jair Bolsonaro (PSL), para ser o próximo Ministro da Justiça, o ex-juiz poderá conhecer a movimentação financeira de qualquer pessoa ou instituição e ainda torná-los suspeitos e bloquear seus bens, sem precisar de decisão judicial. Assim, ele terá amplos poderes para decidir quais pessoas ou empresas seriam “suspeitas de atividade terrorista”.

Fonte: CUT